



EDUCAÇÃO INCLUSIVA E *BULLYING*: A VISÃO DO OUTRO

BULLYING AND INCLUSIVE EDUCATION: VISION THE ANOTHER

DOI - <http://dx.doi.org/198431781122015120>

Laura Jane de Toledo Setani Reis - UNESP
Juliana Dalbem Omodei - UNESP

RESUMO

Esta pesquisa discute como acontecem os casos de *bullying* no ambiente escolar, bem como o desrespeito a diversidade e o direito de ser diferente. Aborda os conceitos da educação inclusiva e o *bullying* nas escolas proporcionando uma reflexão sobre o papel docente no processo de inclusão e suas contribuições para o desenvolvimento de uma escola inclusiva. Para isso foi realizada uma pesquisa empírica com estudantes de uma escola estadual paulista. Para coleta de dados utilizou-se o questionário. Os dados foram analisados na vertente qualitativa e quantitativa. Como resultados percebe-se que vem ocorrendo mudanças em relação à educação inclusiva na escola em questão, mas ainda se faz necessário dar continuidade ao processo de inclusão por meio do combate ao *bullying* no ambiente escolar, superar os preconceitos ainda enraizados e garantir a todos os estudantes o direito ao pleno desenvolvimento e ao direito de pertencer.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva, *bullying*, preconceito, conhecimento

ABSTRACT

This research discusses how to place the cases of bullying in the school environment, as well as disrespect diversity and the right to be different. Discusses the concepts of inclusive education and bullying in schools providing a reflection on the teaching role in the inclusion process and their contributions to the development of an inclusive school. For this empirical research was conducted with students from a state public school. For data collection was used the questionnaire. Data were analyzed in qualitative and quantitative aspect. As a result we can see what is happening changes in relation to inclusive education at the school in question, but still it is necessary to continue the process of inclusion by means of combating bullying in the school environment, overcome prejudices still rooted and ensure all students the right to full development and the right to belong.

KEYWORDS: Inclusive education, bullying, prejudice, knowledge

Considerações iniciais

A escola não pode ignorar os conflitos e nem renegar sua responsabilidade no que diz respeito à transformação social e o direito de todos à educação. Um passo importante para

compreender a exclusão dos estudantes público-alvo da educação especial (PAEE¹) e o *bullying* dentro da escola é estudar os espaços onde ele ocorre, como e quando, quem são os envolvidos e a visão daquele que sofre o preconceito de ser apontado como o “diferente da turma”. O que causa preocupação é a relação desses alunos com os demais estudantes da escola, pois educar na diversidade é ensinar e aprender junto, independente de nossas diferenças físicas, sociais e culturais, para que assim tenhamos um ambiente que favoreça não somente a aprendizagem, mas o respeito ao próximo e o convívio sadio entre os estudantes desenvolvendo assim uma educação inclusiva no ambiente escolar.

A educação inclusiva é uma realidade desafiadora para as escolas, pois o direito a educação não é apenas pelo acesso a matrícula escolar, mas pela participação e aprendizado dos estudantes ao longo de sua vida. Na sociedade, quando não respeitamos as diferenças e nos manifestamos com atitudes discriminatórias a tudo aquilo que foge dos padrões, estamos sendo preconceituosos e, muitas vezes, transformamos essa intolerância em práticas de *bullying*, não respeitando as pessoas como elas são. Rejeitar, isolar e criticar é considerado *bullying* e tais práticas contribuem para a exclusão no ambiente escolar, o que constitui um desafio para o desenvolvimento de uma educação inclusiva.

O direito da pessoa à educação é resguardado pela política nacional de educação independentemente de gênero, etnia, idade ou classe social. A inclusão dos estudantes PAEE nas escolas emerge com uma força positiva, respaldados, em termos mundiais, principalmente na *Declaração dos Direitos Humanos* (1948), na *Declaração de Salamanca* (1994) e na *Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência*, que ocorreu na Guatemala em 2001. A Convenção de Guatemala tem por “objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade” (BRASIL, 2001, art. I, inc. 2^a). Segundo Omodei (2013, p. 19)

Ele tem importante impacto na educação ao reinterpretar a educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização, ou seja, as Pessoas com Deficiência têm o direito à escolarização nas turmas

¹ Considera-se público-alvo da educação especial os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

comuns do ensino regular, e se este direito não for respeitado pode-se configurar discriminação com base na deficiência. A partir daí o MEC cria programas para atender aos compromissos firmados pelo Brasil.

A partir da democratização do acesso a todos os estudantes na escola comum, como preconizam os tratados mundiais supracitados, a escola abriu-se ao acolhimento da diversidade humana. No *bullying* qualquer diferença de uma pessoa é fator que motiva os atos de violência e de intolerância. É um tema que nos leva a pensar sobre as contradições que existente entre os termos inclusão e *bullying*, bem como o sofrimento de quem é sujeito e alvo dessa prática.

Diante disso, o tema abordado tem relevância no momento em que pretende refletir sobre o desenvolvimento da educação inclusiva e o *bullying* nas escolas, de modo a favorecer novos conhecimentos e proporcionar a reflexão sobre o papel do educador no processo de inclusão. A educação inclusiva é uma nova possibilidade que se abre para o desenvolvimento e para o benefício de todos os estudantes com ou sem deficiência nas escolas regulares de ensino, trazendo consigo um conjunto de fatores para que todos possam ser inseridos totalmente na sociedade em todos os seus segmentos.

Com base no reconhecimento da diversidade existente na população escolar e na necessidade de respeitar a atender a essa diversidade, o presente trabalho focaliza nas reflexões acerca dos atos de *bullying* com os estudantes PAEE, no respeito, na convivência sadia entre os estudantes e no desenvolvimento de uma educação inclusiva favorecendo o diálogo e o desenvolvimento de uma cultura de paz.

O tema em tela é pertinente ao contexto de atuação das pesquisadoras, principalmente, pelos desafios que enfrentam na escola para torná-la inclusiva, buscando superar os atos de desrespeito e de *bullying*.

Conhecer as primícias da educação inclusiva, saber o “como” realizar condições para garantir o convívio sadio no ambiente escolar é o objetivo primordial dessa pesquisa, bem como compreender como a educação inclusiva e o *bullying* são vivenciados e trabalhados no contexto escolar das pesquisadoras.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa empírica, por meio da aplicação de questionário aos estudantes de uma escola do interior do estado de São Paulo. Os dados foram analisados qualitativa e quantitativamente e os resultados serão demonstrados no tópico Resultados e Análises.

***Bullying* e educação inclusiva no contexto escolar**

O século XXI exige de todos nós uma nova postura diante da grande diversidade que vivenciamos. Exige uma sociedade inclusiva, dinâmica, diferente e que respeite a pluralidade cultural. O ser humano tem um papel primordial nessa nova sociedade, pois é nosso dever tratar os outros com respeito, desenvolver valores morais e éticos indispensáveis para o exercício consciente da cidadania. Nossa sociedade precisa e deve ser moldada com esses princípios, dessa forma o ser humano tende a ser mais maleável e tolerante para com outrem.

Educar para a cidadania requer, antes de tudo, uma escola comprometida com os destinos da sociedade, uma escola onde todas as ações possam convergir para o mesmo ponto, onde o educando seja capaz de governar e ser governado, criando e reivindicando soluções para os reais problemas de sua comunidade (BENEVIDES, 1998).

Para Araújo (2007) uma educação que pretenda o desenvolvimento de valores voltados para a convivência harmônica entre seus sujeitos não se efetivará se não houver por parte dos educadores o conhecimento sobre como se dá o processo de legitimação de valores e a consciência da importância de uma educação que vá além dos conteúdos acadêmicos. Segundo o autor (2007, p. 18)

Entender o funcionamento psicológico do ser humano e como cada pessoa se relaciona consigo mesma e com o mundo à sua volta pode ajudar na construção de procedimentos e estratégias educativas mais "eficientes" no sentido de permitir a construção efetiva de valores éticos desejáveis por uma sociedade que almeja promover o desenvolvimento humano calcado na justiça social, a igualdade, a equidade e a felicidade para cada um e todos os seres humanos. Este é o ponto de partida para a proposição de procedimentos e estratégias que promovam uma educação em valores de ética, de democracia e de cidadania. (grifo nosso)

Concordamos com Neris (1998) que já não mais vivemos em uma época de eliminar os diferentes, contudo é necessário que entendamos que não proporcionar a eles as condições adequadas para sua vida não deixa de ser uma forma de eliminação, só que esta é mais sutil e mais velada.

O ser diferente não poderia jamais constituir-se num obstáculo a uma convivência fraterna e harmoniosa entre as pessoas, até mesmo porque a diferença sempre esteve presente na obra da criação do universo como algo natural e permanente. (NERIS, 1998, p5).

Educar na diversidade é ensinar e aprender junto, independente de nossas diferenças físicas, sociais e culturais, para que assim tenhamos um ambiente que favoreça não somente a aprendizagem, mas o respeito ao próximo e o convívio sadio entre os estudantes, desenvolvendo assim uma educação inclusiva no ambiente escolar.

Contrariamente a esse modelo de educação que almejamos, tem-se verificado práticas que contribuem para a exclusão no ambiente escolar o que constitui um desafio para o desenvolvimento de uma educação inclusiva: o *bullying*.

O *bullying*, segundo Silva (2010), é um termo ainda pouco conhecido do grande público. De origem inglesa, sem tradução ainda no Brasil, é utilizado para qualificar comportamentos agressivos no âmbito escolar, praticados tanto por meninos quanto por meninas. De acordo com a autora,

Os atos de violência (física ou não) ocorrem de forma intencional e repetitiva contra um ou mais alunos que encontram impossibilitados de fazer frente às agressões sofridas. Tais comportamentos não apresentam motivações específicas ou justificáveis. Em última instância, significa dizer que, de forma “natural”, os mais fortes utilizam os mais frágeis como meros objetos de diversão, prazer e poder, com o intuito de maltratar, intimidar, humilhar e amedrontar suas vítimas. (SILVA, 2010, s.p)

As principais formas de *bullying* são a verbal, física e material, psicológica e moral, sexual e virtual (ou *Cyberbullying*). Silva (2010) indica que estudos sobre o assunto tem revelado que há um pequeno predomínio dos meninos sobre as meninas. Entretanto, por serem mais agressivos e utilizarem a força física, as atitudes dos meninos são mais visíveis. Já as meninas costumam praticar *bullying* mais na base de intrigas, fofocas e isolamento das

colegas. Podem, com isso, passar despercebidas, tanto na escola quanto no ambiente doméstico (Silva, 2010).

De acordo com Bandeira e Hutz (2012) esses dados afirmam estudos de outros autores (Berger, 2007; Lopes, 2005; Olweus, 1993), que apontam para o predomínio do sexo masculino entre os agressores. No entanto, tais dados indicam de que os meninos sejam mais agressivos do que as meninas, mas apenas que eles apresentam maior probabilidade de envolvimento em *bullying*.

Para Fante (2002), muitas vítimas de *bullying* passam a apresentar queda no rendimento escolar, *déficits* de concentração, prejuízo no processo de aprendizagem, resistem ou recusam-se a ir para a escola, trocam de colégio com frequência ou abandonam os estudos.

A escola é um espaço da diferença, da diversidade, e é, exatamente por isso, um espaço de conflitos. A comunidade escolar, assim como nossa sociedade, tem a presença de pessoas com suas singularidades: diferentes tamanhos, etnias, visões de mundo, histórias de vida, modos de ser, sentir, agir e sonhar. A riqueza cultural do nosso país, na maioria das vezes, não é levada em consideração no cotidiano da escola (BEAUDOIN e TAYLOR, 2006).

Para a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), as escolas inclusivas devem: incluir todas as crianças, independentemente das diferenças ou dificuldades individuais, exceto em casos justificados; proporcionar programas educativos tendo em vista a vasta diversidade das características e necessidades de cada criança, adotar uma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro das suas necessidades, combater as atitudes discriminatórias, contribuir para a criação de comunidades abertas e solidárias, contribuir para a construção de uma sociedade inclusiva onde a educação seja para todos.

Werneck (1997, p. 22) democratiza essa discussão de modo a nos tornarmos cúmplices dela:

Inclusão deve ser assunto da hora do jantar, de churrasco aos domingos, de reuniões de empresários, do discurso e das práticas diárias de políticos e de governantes e até das conversas românticas de namorados, preocupados em

não repetir com seus filhos os erros que transformaram o homem num perito na arte de excluir.

O movimento nacional para incluir todas as crianças na escola e o ideal de uma escola para todos cria novos rumos às expectativas educacionais para os estudantes PAEE. Entretanto, de acordo com Omodei (2013) para se chegar a esse processo de inclusão almejado pela atual Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e diante de uma análise histórica sobre a Educação Especial, foi possível observar que os conceitos e o pensamento político de cada época foram determinantes na forma como as pessoas com deficiência eram vistas e tratadas.

Ainda, segundo a autora, alguns estudiosos do assunto (MENDES, 1996; SASSAKI, 1997; GLAT et al, 1998) identificaram, em diversos países europeus e na América do Norte, quatro estágios na evolução do atendimento a essa população: exclusão social, segregação (ou institucionalização), integração e inclusão.

A partir de 1990, o Brasil adere aos movimentos mundiais pela educação inclusiva. Em menos de 10 anos as matrículas de estudantes da Educação Especial na rede comum de ensino passaram de 13% para 54%, um aumento crescente de estudantes com deficiência na rede pública de ensino².

Embora tenhamos avançado de forma significativa rumo à inclusão escolar e social dos estudantes com deficiência, ainda podemos verificar a presença de atos de *bullying* contra esse público nas escolas. Assim, precisamos avançar para alcançarmos uma Educação para todos. Segundo Edler (2000), para que sejam removidos os obstáculos na estrutura da escola “inclusiva” depende de atitudes dos gestores para uma efetiva mudança.

As escolas inclusivas devem reconhecer e responder as necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação

² Fonte: Inep: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>

de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, o uso de recursos e parceria com as comunidades.

Refletir sobre a Educação Inclusiva e as práticas de intolerância que ocorre na escola, incluindo o *bullying*, é o primeiro passo para imprimir mudanças significativas em prol da aprendizagem e a uma educação inclusiva. Comenta Freire (1996, p.46) “constatando, nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela”.

Não é tarefa fácil intervir na realidade, mas é preciso constatá-la primeiro. Essa constatação se dá através do estudo da realidade escolar e para tanto a presente pesquisa se fundamenta na corresponsabilidade da escola diante desse processo.

Trajectoria metodológica

Esta pesquisa está vinculada ao Programa Redefor Educação Especial e Inclusiva intitulada “Rede de educação inclusiva: Formação de Professores nos âmbitos de Pesquisa, Ensino e Extensão”, foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE), da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), UNESP, campus de Presidente Prudente, SP, sob o nº 26341614.3.0000.5402, cujo parecer nº 173.558 é datado de 07 de dezembro de 2012.

Trata-se de uma pesquisa aplicada, de natureza qualitativa e quantitativa do tipo descritiva. Segundo Fachin (2003) a pesquisa empírica segue uma metodologia baseada na realidade de fatos e fenômenos capazes de analisar, descobrir, concluir, criar e resolver novos e antigos problemas.

Optou-se pela abordagem qualitativa, uma vez que ela permite ao pesquisador localizar a sua atenção em ambientes naturais, ou seja, procura respostas às suas questões no “mundo real”. A experiência das pessoas é abordada de modo global e o próprio investigador se constitui como instrumento principal de coleta de dados, por meio da interação com a

realidade (Sandín Esteban, 2010 apud Omodei, 2013, p. 28). E também pela análise quantitativa objetivando resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação.

O espaço escolhido para a realização da pesquisa foi a Escola Estadual “Geraldo Costa”, pertencente à Diretoria de Ensino de Guaratinguetá/SP. A escola acolhe estudantes do Ensino Fundamental ciclo II e do Ensino Médio.

Participaram da pesquisa 42 estudantes, sendo que 5 são estudantes PAEE, conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 1: Sistematização dos Participantes selecionados para a pesquisa

Nível de ensino	Quantidade de estudantes por série
Ensino Fundamental ciclo II	25
Ensino Médio (1º 2º e 3ºanos)	12
Educação Especial	5
Total de participantes	42 estudantes

O instrumento escolhido para a coleta de dados foi o questionário, elaborado pelas pesquisadoras, composto por nove questões objetivas e duas questões discursivas. A opção pelo questionário ocorreu pela possibilidade de análise tanto quantitativa quanto qualitativa dos dados.

A aplicação do instrumento investigativo ocorreu na própria escola, no horário regular das aulas, devido à facilidade de encontrar com os estudantes participantes da pesquisa, pois residem na zona rural do município de Cunha/SP e dependem do transporte escolar. Da mesma forma, permitiu o recolhimento do instrumento com mais rapidez. Os estudantes escolhidos foram convidados a saírem da sala de aula e direcionados para o refeitório da escola, onde receberam o questionário impresso e foram orientados exclusivamente sobre o objeto da pesquisa no início da aplicação. Cada estudante respondeu a pesquisa individualmente, sem um tempo determinado para responder a pesquisa.

Os procedimentos para a análise dos dados ocorreram em dois momentos. Num primeiro momento foi realizada a tabulação dos dados qualitativos, utilizando quadros, sendo um para cada questão dissertativa presente no questionário. Os quadros foram compostos por duas colunas, a saber: uma indicando o participante e outra coluna com a transcrição das respostas na íntegra. Num segundo momento, as questões objetivas também foram tabuladas e os dados coletados foram representados em forma de porcentagens. Dessa forma foi possível estabelecer um diálogo entre os dados coletados, os objetivos do estudo e o referencial teórico no intuito de confirmar ou não a hipótese formulada de que as práticas de *bullying* que acontecem no ambiente escolar não favorecem o desenvolvimento da Educação Inclusiva.

Resultados e análise

A análise dos resultados do questionário, que compõe a parte qualitativa da pesquisa, demonstrou que a escola em que foi realizada a investigação desenvolve eventos que contribuem para a convivência entre os alunos e para o desenvolvimento do respeito mútuo e da cidadania. Dos estudantes que relataram participar dos eventos realizados pela escola, demonstraram que gostam de participar das atividades e sentiram-se felizes e importantes nesses eventos.

Apesar de a escola oferecer atividades que contribuem para o desenvolvimento das relações pessoais, do respeito, do protagonismo juvenil, temos um percentual significativo (22%) que nunca participou de nenhuma atividade oferecida pela escola. Isso mostra que ainda se faz necessário que a escola fique atenta a esses estudantes e busque alternativas que contribua para que todos participem dos eventos realizados. É importante oferecer atividades que sejam de interesse desses estudantes para que assim a escola promova a inclusão de todos no ambiente escolar.

Referente à análise quantitativa da pesquisa, dos estudantes entrevistados, 36% já participaram de eventos culturais, 38% já participaram de eventos esportivos, 4% participaram de eventos culturais e esportivos e 22% dos estudantes entrevistados não participaram de nenhum evento promovido pela escola.

Quando solicitados a responder à questão sobre alguma atividade que gostariam de participar e que foram impedidos, 26% dos estudantes entrevistados escreveram que gostariam de participar do ‘Show de Talentos’, mas não sabiam “fazer nada”; 32% gostariam de participar dos campeonatos, mas não participam porque não sabem jogar bola direito e tem vergonha de participar. Um estudante escreveu que gosta de jogar bola, mas não participa dos campeonatos, pois seus colegas ficam “xingando” quando ele joga errado; 41% dos entrevistados disseram que não gostariam de participar de nenhuma atividade.

Diante desse panorama, ficou claro que não basta somente oferecer as atividades aos estudantes, faz-se necessário ficar atento aos estudantes que nunca participaram de nenhuma atividade oferecida pela escola. Descobrir os motivos que levaram esses estudantes a não estar em convívio com os demais é fundamental para buscar soluções que diminuam a exclusão escolar.

Nesse sentido, Beaudoin e Taylor (2006) apontam que o tratamento dado ao tema ganha uma rede de relações no contexto escolar, pois nele que se pode amplamente produzir efeitos negativos, na medida em que as práticas no interior das instituições de ensino acabam contribuindo para o desrespeito e o *bullying*. Isso porque, os alunos que lutam contra esses problemas recebem uma dose extra de práticas de ensino que se estruturam por temas como a competição, as regras, as conquistas, a avaliação, a recompensa e a punição, as hierarquias de poder, que produzem distorções nas formas de se visualizar os sujeitos escolares, que recebem discursos estereotipados dentro desse âmbito.

Quanto à participação dos estudantes em atividades em sala de aula, percebeu-se que 66% das atividades desenvolvidas em sala de aula são individuais, 20% são desenvolvidas em duplas e somente 14% das atividades realizadas são em grupo.

Beaudoin e Taylor (2006) discorrem acerca dessa caracterização a partir de discursos que influem no ensino e aprendizagem em sala de aula e nas ações escolares, a saber: patriarcado, individualismo, capitalismo e preconceito que, por se fazerem presentes no

âmbito cultural e contextual invadem as paredes da escola e chegam a estrutura concepcional de funcionários e alunos.

Isso demonstra a dificuldade que o professor possui em trabalhar com o agrupamento produtivo. As atividades em grupo contribuem muito para desenvolver a espírito de solidariedade, tolerância, companheirismo, responsabilidade e parceria entre os membros do grupo. Ficou evidente que os professores preferem realizar atividades individuais ou em duplas. Faz se necessário reconhecer as contribuições do trabalho em grupo para o desenvolvimento social dos alunos. Realizar estudos sobre agrupamentos produtivos nas Atividades de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC) pode contribuir para o trabalho do professor em sala de aula.

Nesse contexto de caracterização, os professores, diante de sua limitação de tempo e do grande número de alunos que ficam aos seus cuidados, frequentemente tornam-se vulneráveis aos mitos culturais e as suposições incontestadas dispersas pela sociedade e no interior da escola, estando sujeitos às implicações de tais ideias. Tais mitos e suposições refletem discursos e visões culturais que, no interior da instituição escolar, adquire poder e faz com que os sujeitos desses espaços não se identifiquem e não se sintam pertencentes ao espaço que habitam e frequentam.

Perante a questão relacionada aos intervalos de aula foi identificado que 16% dos estudantes ficam sozinhos durante o intervalo; 38% dos estudantes ficam com um amigo e 46% ficam com grupos de amigos. Nenhum estudante relatou ficar em sala de aula sozinho.

Apesar de todos os estudantes participarem do recreio, 16% ficam isolados durante o intervalo e não interagem com os demais colegas. Tal fato evidencia que uma parcela dos alunos não se socializa, ficando excluídos da maioria. Excluir e isolar são práticas que não devem acontecer dentro de uma escola inclusiva. Saber respeitar as diferenças é reconhecer que todos somos diferentes de uma maneira ou de outra, e a escola tem o dever de desenvolver nos alunos valores éticos e respeito a diversidade.

Os estudantes também responderam sobre o que fazem durante o horário de recreio e 46% dos entrevistados responderam que são convidados a participar das brincadeiras do recreio, enquanto 22% disseram que nunca são convidados a participar. Dos que são convidados a brincar, 15% não gostam de participar e 17% disseram que nunca foram convidados a participar das brincadeiras durante o recreio, mas sempre quiseram participar.

Observa-se a necessidade de integrar o aluno ao seu meio, de forma que valorize e sinta-se pertencente como um cidadão atuante. Incluir vai muito além da matrícula, é preciso garantir a participação dos alunos nas atividades escolares garantindo assim sua permanência na escola.

Ocorre que para que o processo de inclusão escolar se configure como uma prática constante na escola, em todos os ambientes e práticas, demanda a atuação de profissionais engajados e preparados. Em muitos casos, pode ocorrer a integração escolar e não a inclusão.

Na inclusão, é o sistema educacional que se adapta para receber os alunos, o que facilita o processo, tornando-o mais humano. Já na integração, é o aluno que se adapta ao sistema educacional, gerando uma violência institucional que tem como consequência a evasão escolar desses alunos (OLIVEIRA E SILVA, 2009 apud MORAES E SILVA, S\D).

Em relação ao estudante com deficiência o *bullying* se manifesta quando algum aluno ressalta uma característica do outro que, a princípio, não é aceita pela sociedade. Fante (2005) indica que os estudantes com deficiências físicas e intelectuais tem mais chances de se tornarem vítimas de *bullying*, o que pode constitui um empecilho para a inclusão.

A sétima e oitava pergunta do questionário foi direto ao tema, indagando se o estudante já sofreu *bullying* e, em caso positivo, em que local. Dos participantes da pesquisa 97% responderam que sim, já sofreram *bullying*, e desses 58% assinalaram que foi na sala de aula; 26% assinalaram que acontecem no banheiro e 16% assinalaram que sofreram *bullying* no corredor da escola.

Isso mostra que a escola está longe de uma Educação Inclusiva, faz-se necessário uma atitude de conscientização e reflexão acerca dos atos de *bullying* na escola. Saber onde ele

ocorre, como, quando e que são os envolvidos e fundamentais para que a escola encontre uma solução adequada para acabar com esses casos no contexto escolar.

A grande maioria dos alunos sofreu o *bullying* dentro da sala de aula, onde o professor muitas vezes não observa que estes atos estão acontecendo. É preciso ficar atento às situações que acontecem na sala de aula e garantir o respeito ao próximo e o convívio sadio entre os estudantes desenvolvendo um clima agradável entre os alunos.

Desse modo, faz-se necessário o desenvolvimento de práticas que promovam a responsabilidade, o controle e uma percepção de opções de ações. Através dos conceitos propalados por Beaudoin e Taylor (2006) é necessário construir ações que auxiliem os sujeitos envolvidos nos conflitos a observar os múltiplos efeitos de sua conduta, a criar um espaço próprio para reflexão e a determinar de que jeito preferem se em relação aos outros.

Frente ao questionamento sobre que tipo de situação enfrenta e/ou já enfrentou em relação *bullying*, 33% dos estudantes assinalaram que receberam apelido pejorativo; 26% foram humilhados; 25% são ofendidos; 2% sentem-se excluídos. Os demais, que correspondem a 13%, afirmam que nunca sofreram *bullying*.

Dar apelido, humilhar e excluir são atos que muitas vezes levam a evasão escolar dos que sofrem com essa situação. Em se tratando de estudantes com deficiência esse processo é potencializado, considerando as suas limitações. A escola deve ensinar não somente os conteúdos curriculares, mas tem a responsabilidade de desenvolver o respeito à diversidade, legitimação de valores, a pluralidade cultural indispensável para uma escola inclusiva. Ainda nesse sentido, salienta Moscardini (2011) apud Omodei (2013, p. 42) enfatiza que:

A inclusão escolar da pessoa com deficiência somente poderá ocorrer em um contexto onde a instituição escolar seja capaz de contemplar os educandos em todas as suas necessidades e potencialidades, preconizando o respeito à diversidade, o que deve se concretizar através de medidas que considerem não apenas as capacidades intelectuais e os conhecimentos apresentados pelos alunos, mas, também, seus valores e motivações.

Uma pesquisa da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (Abrapia) revela que 41,6% das vítimas de *bullying* nunca procuraram ajuda ou falaram sobre o problema, nem mesmo com os colegas. Essa pesquisa vem ao encontro da questão “*Você já contou para alguém que sofre/sofreu bullying no ambiente escolar? Quem?*”, onde 84% dos estudantes não contam para ninguém que sofrem com o *bullying*, 3% contam para um amigo e 13% afirmam não sofrer *bullying* na escola.

As vítimas na maioria das vezes não contam para ninguém que sofrem *bullying* por vergonha o que dificulta a identificação dos casos no ambiente escolar. É preciso reconhecer as necessidades dos alunos e remover os obstáculos que torna a escola exclusiva.

Diante disso, o educador pode dispor-se a lidar diretamente com experiências que o aluno possui no que diz respeito aos acontecimentos, deixando em último plano a ideia de disciplina, de forma que os alunos se sintam seguros para refletir sobre a experiência que resulta em determinados comportamentos. Para isso é preciso que o educador seja curioso e respeitoso, exteriorize os problemas, elabore questões que levem o aluno a expressar experiências pessoais, reaja com questões que tratem do assunto em foco, e não utilizem termos que remetam e apele à responsabilidade, respeito, maturidade, etc.

Mediante as atitudes que a escola deve tomar perante os casos de *bullying*, 25% dos estudantes julgam ser necessário que a escola deve conversar com os próprios alunos sobre o tema; 27% acham que deveria chamar os pais desses alunos na escola e 48% acham que a escola deveria realizar um projeto de conscientização e respeito dentro desse contexto.

Segundo os entrevistados realizar projetos que favoreça um ambiente escolar agradável para todos é um dos caminhos para superarmos os desafios do processo de uma Educação Inclusiva.

Para dar início a novas histórias pessoais e sanar a ocorrência do desrespeito e do *bullying*, abordagens como: a exteriorização do problema, a exploração dos efeitos do problema sobre o aluno, a compreensão das razões do indivíduo, o estabelecimento de ligação

entre a atitude e os valores do indivíduo, o trabalho árduo para chegar a visíveis resultados e o desenvolvimento de um público que testemunhe os novos progressos são primordiais para a superação do problema e a continuação dessa superação dentro do âmbito escolar.

O efeito total das medidas propostas para o conjunto de alunos e para a escola é possível afirmar que o produzido se traduz na possibilidade de ação entre diferentes sujeitos da comunidade escolar. O envolvimento deles nas soluções dos conflitos de *bullying* criado no interior da escola é plausível de ser realizado, já que implica a sua efetivação no interior do próprio estabelecimento de ensino, não delegando ações às instituições e/ou auxílios externos.

Para Fante (2005, p.92) as medidas preventivas contra o *bullying* devem iniciar “pela capacitação dos profissionais de educação, afim de que saibam identificar, distinguir e diagnosticar o fenômeno, bem como conhecer as respectivas estratégias de intervenção e de prevenção hoje disponíveis”.

Portanto, os profissionais da educação devem intervir com ações que estimulem a prática de inclusão social e o respeito às diferenças entre os sujeitos, enfrentando de modo direto os problemas do *bullying* no âmbito escolar, preparando o educando para qualquer situação adversa, com intuito de possibilitar ao indivíduo a se tornar protagonista de sua própria história.

Considerações finais

A escola é um dos mais importantes meios para a formação do sujeito, assim sendo, precisa assumir sua responsabilidade na formação de valores para garantir o convívio sadio entre os estudantes. Precisa compreender e apontar caminhos para acabar com os casos de *bullying* no ambiente escolar e reconhecer seu papel no processo de uma escola inclusiva. Diante da questão não existe possibilidade de neutralidade. Nós, enquanto educadores não podem delegar esta missão a outras pessoas. É fundamental que as mudanças aconteçam que as mentalidades se modifiquem, que a aceitação das diversidades se concretize e a rede de consciências abertas aos "diferentes" se ampliem, possibilitando a integração dos indivíduos

mesmo que sejam de culturas diferentes. É necessário reconhecer a identidade de um povo e compreender que somos diferentes, que cada cultura possui as suas peculiaridades e é isso que os identifica.

Apesar de ainda convivermos com o preconceito, estamos vivendo hoje um movimento social que busca uma sociedade mais igualitária e mais justa, que respeita a dignidade da pessoa humana, seus direitos e suas diversidades, dando oportunidades para que todos se sintam parte integrante da sociedade.

É preciso superar os casos de intolerância que muitas vezes, se instala na escola, é preciso que cada um assuma sua parte de responsabilidade, empenhando-se para a superação do problema. Investir na parceria com a família e a comunidade escolar, no aperfeiçoamento profissional dos educadores, no desenvolvimento de novas competências para a construção de um novo sentido para a educação, e de um novo relacionamento na escola para assim concretizarmos o sonho de uma escola inclusiva.

A escola precisa assumir seu papel no que diz respeito ao desenvolvimento de valores éticos desejáveis para que este processo de inclusão e respeito pelas diferenças possa ter continuidade em outros momentos da formação do indivíduo.

Como afirma Araújo (1998, p.46) educar em valores é uma necessidade “os conteúdos tradicionais da escola, apesar de essenciais para o pleno desenvolvimento do aluno, não devem ser encarados como um fim na educação e sim como instrumentos para a construção da cidadania”. Além dos conteúdos escolares não temos como fugir da tarefa de ensinar na prática e no convívio do dia a dia a afetividade, a solidariedade, o respeito à diversidade, a tolerância, para garantirmos uma convivência harmoniosa no ambiente escolar.

Segundo estudos relacionados ao *bullying*, como Fante (2005), Capucho e Marinho (2008), entre outros, não há dúvidas de que o *bullying* acontece na maioria das vezes no interior das escolas, mesmo assim, a pouca conscientização da ocorrência do fenômeno e a

falta de preparo para lidar com essa forma particular de violência é alarmante, assim como o desafio de transformar a escola em um espaço inclusivo.

Presumimos que tal fato ocorre por se tratar de um fenômeno incipiente e pouco discutido, motivo pelo qual não possuímos indicadores que nos forneçam uma visão global. Embora haja um crescente aumento do interesse pelo estudo do *bullying*, faltam estudos sistemáticos que auxiliem o entendimento, a prevenção e o combate dessa forma de violência (GAZOLLA, et Al, 2010).

A escola precisa ser transformada em um espaço de trocas não só de aprendizagem, mas também de valores para favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento da cidadania. Assim, finalizamos apontando a necessidade de mais estudos relacionados ao fenômeno *bullying* no âmbito da educação especial e inclusiva, políticas públicas e formação de professores, considerando que somente assim poderemos conquistar uma escola para todos como tanto almejamos.

Referências

AQUINO, Julio Groppa. **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summos, 1998.

ARAUJO, Ulisses Ferreira. O déficit cognitivo e a realidade brasileira. In: AQUINO, Julio Groppa. **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 4. ed. São Paulo: Summus, 1998. p. 31-47.

ARAÚJO, U.F.; Puig, J. & ARANTES, “**Educação e Valores: pontos e contrapontos**”. São Paulo: Summus Editorial, 2007.

BANDEIRA, Cláudia de Moraes; HUTZ, Claudio Simon. **Bullying: prevalência, implicações e diferenças entre os gêneros**. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 16, Número 1, Janeiro/Junho de 2012: 35-44.



BEAUDOIN, Marie-Nathalie; TAYLOR, Maureen. **Bullying e desrespeito: como acabar com essa cultura na escola**. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BENEVIDES, M. V. M. **O desafio da educação para a cidadania**. In: AQUINO, J. G. (Org.). *Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1998.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Corde, 1994.

_____. Ministério da Educação. **Inclusão- Revista da educação Especial**. Vol. 4, nº1. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000. 174 p.

CAPUCHO, V.A.C., MARINHO, G.C. **Cyberbullying: uma nova modaçidade de violência escolar**. Construir Notícias. Recife, Ano.7, n.40, p. 14-18, mai-jun. 2008.

DREYER, Diogo. **A brincadeira que não tem graça** – Disponível em: <<http://www.educacional.com.br/reportagens/bullying/default.asp>>. Acesso em: 15 Set. 2014.

FANTE, C. A. Z.(2008) **O fenômeno bullying e as suas consequências psicológicas**. Disponível em: <http://www.psicologia.org.br/internacional/pscl84.htm>. Acesso em: 17 dez. 2014.

FANTE, C. **O fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas**. 2. ed. Campinas: Verus, 2005.

GAZZOLA, R. A. et al. **Fenômeno bullying: análise de pesquisas em Psicologia publicadas no período de 2000 a 2006**. Disponível em: http://www.violacao.org/_upimgs/arquivos/arq4d0b6c38f0249.pdf. Acesso em: 20 de fevereiro de 2016.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS (INEP). **Censo da educação básica:** 2012- resumo técnico. Brasília: INEP, 2013. Disponível em: <http://goo.gl/Q3C8jH>. Acesso em: 10 de mar. 2015.

MORAES, Mak Alisson Borges de; SILVA, Luiz Carlos Avelino da. **Bullying e inclusão escolar: a percepção dos professores.** Anais: V Seminário Nacional de Educação Especial. IV Encontro de Pesquisadores de Educação Especial e Inclusão Escolar. Universidade Federal de Uberlândia.

NERIS, Elpidio Araujo. **O direito de ser diferente.** Mensagem da APAE, Brasília, ano 34, n.83, p.4- 6, out. a dez. 1998.

OMODEI, Juliana Dalbem. **Um olhar para a sala de recursos multifuncionais e objetos de aprendizagem: apontamentos de uma pesquisa e intervenção.** 2014. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

RODRIGUES, P.M.P.R.; Capellini V.L.M.F.; Santos; D.A.N. (Org). **Diversidade e Cultura Inclusiva.** São Paulo: AVA Moodle Unesp [EduTec], 2014. Trata-se de texto do curso de Especialização em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do Programa Rede São Paulo de Formação Docente. Acesso restrito. Disponível em: <<http://goo.gl/oMYvGp>>. Acesso em: 25 set. 2014. Redefor, Unesp, 2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2000.
SILVA, A.B.B. **Bullying – cartilha 2010-Projeto Justiça nas Escolas.** 1ª ed. Conselho Nacional de Justiça. Brasília/DF: 2010. Disponível em<
<http://www.sosprofessor.com.br/downloads/cartilhabullying.pdf>> Acessado em 28/03/2015.

TUDO sobre o bullying. **Revista Escola on-line, São Paulo, nov. 2010. Disponível em:<**
<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/bullying-escola-como-identificar-alvo-610507.shtml>**>. Acesso em: 18 abr. 2015.**

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro, WVA, 1997.



Laura Jane de Toledo Setani Reis - Especialista em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho – Unesp, Núcleo de Educação a Distância – NeaD). Professora da Escola Estadual Geraldo Costa, da Diretoria de Ensino de Guaratinguetá/SP. Rua da Palha, 40 - Campos Novos – Cunha-SP. (12) 3119-1138 - laurajsetani@hotmail.com

Juliana Dalbem Omodei - Doutoranda em Educação – Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho – Unesp\FCT. Orientadora Educacional Online do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu REDEFOR da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho – Unesp, Núcleo de Educação a Distância – NEaD). Rua Roberto Simonsen, 305 – Centro Educacional – Presidente Prudente/SP. judalbem@gmail.com